

# O filho-que-deu-certo: As representações do Brasil na revista Brasília (1942-1968).

Marcello Felisberto Moraes de Assunção, Elio Cantalício Serpa\*

Faculdade de História/UFG, 74680670, Brasil

e-mail: [MarcelloFMA@gmail.com](mailto:MarcelloFMA@gmail.com); [ecserpa@gmail.com](mailto:ecserpa@gmail.com)

Palavras-chave: Salazarismo, Intelectuais, Revista Brasília.

## Introdução:

As revistas são uma porta de entrada fundamental para se visualizar determinado tempo histórico. No século XIX e XX as revistas (fundamentalmente as institucionais) foram essenciais na formação e afirmação dos nacionalismos, a partir de sua contribuição específica para a padronização de tradições e homogenização cultural, que se direcionava, para a afirmação, em um certo território, de uma história e de um dialeto comum<sup>1</sup>. Neste sentido, pode-se afirmar a importância dos periódicos na invenção de um *ethos* cultural. No salazarismo, através da “política do espírito<sup>2</sup>”, as revistas foram fundamentais na padronização e reprodução da identidade nacional portuguesa. Estas durante o regime salazarista tiveram uma dupla importância interna e externa.

A nível interno serviram como um meio de homogenização cultural a partir da busca pela convergência entre estado, nação e sociedade (SERPA, 2000: 71). Concomitante a questão interna, externamente o regime buscará difundir a imagem de um império harmônico e orgânico, através de um diversidade de produções simbólicas sendo

---

\* Revisado pelo orientador.

<sup>1</sup>Para Eric Hobsbawm um dos requisitos para uma nacionalidade e um estado ser considerado uma nação (além do território) era a constituição de uma história e um dialeto comum, sendo assim a instancia cultural da formação dos estados-nações (HOBSBAWM, 1990: 85-86).

<sup>2</sup>Segundo GUIMARÃES (2009) a *política do espírito* do regime salazarista assentava-se fundamentalmente em três pilares: 1) o uso da cultura como símbolo da nacionalidade e meio de propaganda que objetivava engrandecer o regime; 2) a busca pela conciliação entre a velha tradição e os valores lusitanos com a modernidade, que é identificada com a instauração do Estado Novo português; 3) a institucionalização de uma cultura nacional e popular baseada no ideias fabricados pelo regime salazarista (2009:152).

as revistas somente uma delas. É no interior deste quadro de afirmação do nacionalismo português, fundado na imagem do império, que a revista *Brasília* emerge, sendo um dos espaços onde se produz e reproduz os símbolos constituidores da identidade nacional portuguesa. A revista *Brasília* foi uma publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. Surgiu em 1942 e tinha como objetivo específico manter e estimular as relações culturais entre Brasil e Portugal. A publicação do primeiro e segundo volume contou com o apoio do Instituto para a Alta Cultura e do SPN (Secretariado da Propaganda Nacional), da Era Salazarista, e, nesta edição, o Brasil constituiu-se em interlocutor básico. Suas preocupações fundamentais referem-se, nos primeiros números até 1950, à questão da língua, da literatura e da História. Foi uma revista de cunho acadêmico e institucional, diferenciando-se de outras na sua concepção e destinada a um público específico, o acadêmico. Em essência a revista *Brasília* apresenta dois lugares de produção de textos muito explícitos: um ocupa-se da publicação de artigos variegados sobre Brasil e/ou Portugal e outro se destina à produção de críticas sobre a produção intelectual brasileira e também portuguesa. O foco desta pesquisa reside sobre estas críticas feitas pela intelectualidade da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, acerca da produção intelectual brasileira, buscando entender os sentidos políticos destas.

### **Objetivos:**

Analisar e compreender, na Revista *Brasília*, órgão do instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra, as resenhas de livros brasileiros produzidas por intelectuais portugueses, relacionando estas a duas questões principais: 1) Identificar estes discursos como escritas políticas que visam ocupar espaço no campo da produção intelectual e dar sentido a essa ocupação; 2) Visualizar as resenhas dentro de um contexto mais amplo ligado a busca pelo salazarismo de se institucionalizar e hegemonizar a partir da criação de um sistema de representações de tipo nacional, propagandeado pelo Estado salazarista através das “políticas do espírito”, no qual a *Revista Brasília* esteve inserida.

### **Metodologia:**

Para análise das críticas, buscamos fichar as resenhas a partir de suas respectivas áreas do conhecimento (Filologia, história, literatura, direito, etc). Também fizemos uso de uma vasta bibliografia, tanto sobre o salazarismo como sobre as relações luso-brasileiras, para assim aprofundarmos mais nas leituras das resenhas. Depois disto procuramos analisar as críticas a partir de um duplo movimento: tanto a partir do contexto que ronda a Revista, como a partir de sua especificidade interna para assim perscrutarmos mais profundamente a relação desta com o ideário do Estado Novo português

O contexto histórico-social de emergência da revista *Brasília: A institucionalização do salazarismo e as relações luso-brasileiras nos anos 30 e 40*:

O salazarismo emerge no contexto da vaga autoritária das décadas de 20-40 (PINTO, 2007: 39), propiciada no pós-guerra pelo vazio institucional do estado liberal. O salazarismo ira instituir em Portugal um estado “institucionalizado pelo alto” (PINTO, 2007: 25) com amplo apoio dos setores conservadores (Igreja e Militares) que instauraram um regime ruralista, católico, antiparlamentarista autoritário e corporativo com características fascizantes. Este regime irá buscar ao longo dos anos 30 e 40 se institucionalizar frente a uma diversidade de vertentes políticas, econômicas e sociais no qual ele se defronta – os republicanos, integralistas, católicos, industrialistas, agraristas, o proletariado, etc. Para poder se hegemonizar frente a esta diversidade político-ideológica o regime irá criar uma série de órgãos e instituições tanto a nível da sociedade política – o regime de partido único, o PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional), etc, são exemplos emblemáticos desta pratica (CATROGA, 1996: 582) – como também buscara o consenso através de uma visão de mundo comum que deveria ser difundida através das instituições da sociedade civil<sup>3</sup> que deveriam reproduzir um sistema de representações, de tipo nacional (Ó, 1999: 19).

---

<sup>3</sup>Faremos uso da ampliação gramsciana da teoria marxiana (imbricadamente relacionada a ampliação da noção de intelectual) a partir da inclusão do conceito de sociedade civil neste, indo além da redução do estado a somente uma função repressiva (COUTINHO, 1999: 123). Neste sentido, o estado (através de seus intelectuais com diversos níveis de organicidade na sociedade civil e política) além da sua dimensão coercitiva identificada através do conceito de sociedade política – o conjunto de aparelhos de repressão estatal (burocracia executiva e político-militar) que garantem o monopólio legal da repressão pelas classes/grupos dominantes – também é visto como sociedade civil – conjunto de organizações

Esta pretensão totalizante irá ser materializada a partir da adesão de agentes e na montagem de um *dispositivo cultural* que exerce o papel fundamental de organização da propaganda nacional e da cultura (Ó, 1999: 74). Este *dispositivo cultural* buscou criar um processo de “regeneração nacional” a fim de reconduzir os portugueses a sua “ordem natural”, combatendo toda e qualquer “degenerescência do espírito”, a partir da “reeducação” dos portugueses, fazendo-os encontrar com a sua “essência natural” (ROSAS, 2001: 1034). Esta essência era descrita/narrada no discurso da *intelligentsia* salazarista por uma série de mitos que foram fundamentais na pulsão nacional<sup>4</sup>.

O mito imperial, legado do movimento de reconstrução nacional (CATROGA et al, 1996: 222), será um dos mitos mais presentes nestes discursos, este que mobilizava desde muito tempo inúmeras vertentes políticas (CATROGA et al, 1996: 223). Este mito reproduzia a suposta essência de colonizar e evangelizar, que irá legitimar a concepção de nação-raça lusitana, pluricontinental e plurirracial, tão presente nos discursos do salazarismo (ROSAS, 2001: 1035).

O regime salazarista irá se apropriar deste mito e irá difundi-lo como uma das grandes verdades eternas e indiscutíveis do regime (ROSAS, 2001: 1032), mesmo por que o salazarismo irá emergir a partir de um série de complicações externas com relação ao seu império e por isto a necessidade de o proteger e também de usá-lo como um dos elemento da pulsão nacional (PINTO, 2007:31). Para proteger o seu império o regime irá criar uma ofensiva jurídico-político (o ato colonial e a sua institucionalização a partir da constituição de 1933), econômica (o protecionismo econômico e reforço do pacto colonial possibilitado a partir da crise de 29) e ideológica (a criação do SPN e do Ministerio das Colônias para assim desbancar os argumentos que negativizavam a sua pratica colonial). Para romper os negativismos em torno do seu colonialismo, buscou

---

(Universidades, Igrejas, jornais, revistas, etc) responsáveis pela produção e difusão de ideologias (COUTINHO, 1999: 127). Perscrutamos através desta reflexão, como veremos adiante, que a revista Brasília é um órgão da sociedade civil e os intelectuais desta podem ser considerados, apesar de certos limites, como orgânicos ao regime.

<sup>4</sup> Fernando Rosas no artigo “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo” (2001) trabalha com a tese de que o discurso salazarista se constituiu por sete mitos que se remetem a divulgação do mito da Portugalidade: o mito palingenético, mito central da essência ontológica do regime ou mito do novo nacionalismo, mito da ruralidade, mito da pobreza honrada, mito da ordem corporativa e por fim o mito da essência católica da identidade nacional e o mito imperial. Para saber mais sobre a especificidade de cada mito ver: Rosas, Fernando. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. Análise Social, vol. XXXV (157), 2001, p 1031-1054..

transfigurar as suas praticas, identificada pela imagem do *ultracolonialismo* – uma realidade colonial baseada no arcaísmo, na hegemonia militar, na exclusão baseada no racismo e no trabalho forçado (ANDERSON, 1966: 14) – para assim criar uma segunda realidade fundada na imagem de um império harmônico, plurirracial e orgânico. Para alimentar esta imagem o salazarismo buscará criar uma série de espaços e instituições para reproduzir esta memória institucional legitimadora do império, que era fundada na suposta organicidade e harmonia entre as partes.

Para Fernando Rosas o salazarismo reelaborou o conceito de Império, que passou a ser uma entidade natural/organicista, ou seja, um corpo com suas várias funções e uma cabeça (a metrópole); uma família unida na diversidade dos seus membros sob a autoridade natural do chefe que a guia, protege e ajuda do qual há de receber as contrapartidas que lhe são devidas. O Império aparece como ser ontológico e como realidade transtemporal inerente à essência orgânica da Nação, como imperativo da raça e redescoberto por meio do encontro que o Estado Novo operava na nação, isto é, com o seu passado heroico (ROSAS apud SERPA, 2001: 115).

O salazarismo para legitimar esta imagem plurirracial, transterritorial e singular do homem português, se apropriara de uma certa imagem do Brasil (“o filho-prodigo”), para assim tê-lo como exemplo empírico da capacidade colonizadora de Portugal, estando igualmente habilitado para lançar a luz da civilização na África (RAMOS, 2001: 363), reproduzindo tal ideia a partir da concepção de Portugal como criador de nacionalidades e usando isto como emblema da positividade da política colonial (SERPA, 2000: 71). Materializava essa presença a partir de uma “política do espírito” organizando congressos, instituições, livros e revistas, afirmando a presença lusa no Brasil pela tradição histórica. No entanto, essa presença de Portugal no “Brasil mental” (BRUNO apud SERPA, 2000: 74), nem sempre encontrava consenso pela intelectualidade brasileira. A memória histórica hegemônica, no Brasil, na busca pela autonomia nacional irá buscar individualidades como elementos fundantes da identidade nacional língua, raça, o território e a religião (SERPA, 2003: 261) tornam-se pressupostos para efetivar esta autonomia do espírito, criando a partir desta busca por autonomia dissensos com a pretensão da suposta “unidade espiritual” luso-brasileira.

Para Portugal a afirmação da autonomia tirava a continuidade de seu passado glorioso no presente. Neste sentido, ser colonizador e negar-se colonizado engendra diversas formas de lidar com o passado, sendo representadas de diferentes formas das quais os nacionalismos irão se defrontar com o passado, criando as identidades nacionais a partir destes enfrentamentos. Pelo lado da ex-metrópole se busca continuidade/permanência do legado enquanto a ex-colônia busca o afastamento. É a partir deste conflito entre continuidade e permanência do legado que o regime salazarista, a partir dos seus intelectuais, irá avaliar o "filho prodigo", desmentindo a escrita deste quando houvesse "desvios", e legitimando e glorificando quando esta escrita entrava em consenso com a memória histórica que o salazarismo queria legitimar, ou seja, a memória do Brasil enquanto "filho-que-deu-certo". É na imagem do "filho prodigo" legitimada a partir de processos escriturísticos do esquecimento e da rememoração que os intelectuais orgânicos do regime alimentarão a mitologia imperial, tão necessária como base de consenso social.

Esta imagem foi representada ao longo dos anos 30 e 40 através de políticas que visam explicitamente congregar os laços do Brasil e Portugal, dando aos intelectuais o papel de difundir o discurso de uma lusitanidade essencialista que rompia com as barreiras do espaço/tempo para assim poder agregar através de uma cultura comum ate mesmo aqueles politicamente separados. Neste sentido, podemos pensar os eventos, espaços e instituições criados a partir desta busca por aproximações com o Brasil como lugares de reprodução/afirmação de uma memória institucional, fundada no mito do V Império e na "política do espírito". A partir do que foi dito, tanto do contexto histórico do salazarismo como das relações luso-brasileiras nas décadas de 30 e 40, podemos pensar a emergência da Revista Brasília a partir de um duplo desdobramento: tanto a partir de um contexto histórico marcado e delineado no campo das ideias por matrizes ligadas ao autoritarismo das décadas de 20-40, no qual Salazar e Vargas se filiavam, como também de um contexto entre continuidade/ruptura/afastamento das relações luso-brasileiras que foram mediadas por complexas relações fundadas no mito da origem. É mediado por este duplo contexto que as críticas da Revista Brasília serão analisadas no próximo tópico, analisando-as como um dos espaços de difusão dos mitos e ideologias do regime.

O consenso, o dissenso e o controle do olhar nas críticas da revista Brasília:

As críticas feitas pela intelectualidade portuguesa ligada à Universidade de Coimbra revelam em sua escrita a constante busca pelo controle ao desvio, que se consubstanciava, a nível das críticas, em uma correção negativa ou em uma laudação glorificadora. Esta laudação/correção esteve constantemente presente nas críticas da área da história e filologia. Estas avaliações estiveram mediadas por uma escrita crivada nos valores do regime, e por isto estas serão analisadas a partir de sua relação com a política. A escolha dessas áreas em específico se vincula ao fato de que é nestas e que haverá tanto uma maior presença da imagem do “filho prodigo” e também onde haverá um maior conflito entre os críticos e autores das obras analisadas, já que estes espaços são onde se produz os símbolos, seja através do fomento da língua ou da história, constituidores da identidade nacional, é por isto serão alvos de combates a nível do mundo da escrita, que se direcionam na imposição da definição legítima e natural das divisões do mundo social, que se consubstancia no ato de fazer e desfazer grupos (BOURDIEU, 2003: 113).

A história durante o salazarismo foi de suma importância para a construção e afirmação de uma cultura política imperialista e corporativista. O *dispositivo cultural* formara durante o período uma escrita do regime que buscou fazer com que as formas de reconstrução e integridade histórica do passado se apresentassem como solenidade retórica de coisas já unânimes (Ó, 1999: 79). Parte dos intelectuais portugueses criaram a partir de sua vinculação com a política cultural do Estado Novo português, uma interpretação da história de Portugal, e de suas ex-colônias, de pretensão universal mas que se direcionava para afirmação de uma mitologia nacional que teve como alimento principal a história (Ó, 1999: 74). Este enquadramento da memória esteve presente ao longo das críticas de obras de história, a partir da laudação de obras que positivavam o legado português no Brasil ou na correção de obras que negavam este legado. Os intelectuais da revista Brasília buscaram através da seleção/omissão um grande número de obras de história que tiveram como eixo a positividade do legado português no Brasil e que em sua construção via Portugal como o sujeito histórico da história do Brasil que cria como uma mãe o Brasil desde as origens para ser grande. É o que sucede na resenha de Torquato de Souza Soares ao livro de Afrânio Peixoto *História do Brasil*, lançado no Porto e Lisboa, em 1940.

O crítico evidencia em sua análise dessa obra o processo de formação do Brasil, representado por Afrânio, expondo, em sua leitura da obra de Afrânio, que o Brasil só se forma enquanto um país “grande e forte”, a partir do cuidado “materno” que a metrópole tem com sua colônia (SOARES, 1942: 810). Cita que Afrânio elege as características fundamentais de uma boa colonização “boa imigração europeia, liberdade dos naturais e identidade moral de todos” (SOARES, 1942: 808), enquadrando o caso português neste critério, e diz ser por causa da colonização portuguesa e que o Brasil se manteve no pós independência como um país “grande e coeso” (SOARES, 1942: 809), explicita a singularidade da colonização portuguesa, destacando que:

“Portugal, comparado a qualquer das nações colonizadoras de ontem ou de hoje, foi benemérito; julgado em si, teve a abnegação que só tem, na linguagem humana, um epíteto: foi materno... Como essas criaturas divinas que morrem, ou ficam perpetuamente enfermas, esvaídas de fadiga e fraqueza, por terem a glória de haver criado um filho muito grande...” (SOARES, 1942: 810).

É por este livro exaltar o papel da herança portuguesa glorificando as relações entre Brasil e Portugal, frente ao antilusitanismo tão forte nos discursos da época, e que o crítico avalia positivamente a obra dizendo que:

“A História do Brasil de Afrânio Peixoto é essa lição magnífica que faz transbordar o coração do pai que a recebe. Lendo-a, um sentimento indefinido, misto de orgulho e gratidão avassala-nos. Sentimo-nos bem com a nossa consciência, agradecidos a Deus que, nos tenha confiado tão nobre missão, nos deu tão grande recompensa. E, no mais íntimo do nosso ser, a uma angustia sucede uma certeza inabalável: o Brasil é e será sempre português, por mais que as paixões, de momento exacerbadas, nos possam dividir” (SOARES, 1942: 807).

O crítico explicita a partir deste comentário o seu posicionamento laudatório em relação a obra, dizendo que Afrânio nesta obra consegue realizar uma associação entre o “mais puro e mais fiel patriotismo a mais rigorosa objectividade científica” (SOARES, 1942: 808), sendo glorificado por seu amor filial e familiar, dando legitimidade a Afrânio Peixoto, e ainda registra que essa obra foi uma oferenda a pátria

no momento do duplo centenário e por isto merece toda a “nossa gratidão” (SOARES, 1942: 808).

Além da história, a língua também se constitui como um dos elementos afirmadores do legado lusitano no Brasil. A língua foi durante o processo de formação das identidades nacionais no século XIX e XX uma das condições para que um povo fosse considerado uma nação (HOBSBAWM, 1990: 85). Em Portugal além da língua ser um dos pontos afirmadores do habitus nacional português foi também um instrumento para afirmar o caráter natural das relações entre as suas colônias e também ex-colônias (SERPA, 2000: 81).

O Brasil, em particular, apesar de estar separado politicamente neste discurso este está unido pela unidade cultural no qual a língua é o principal elemento, sendo assim um dos instrumentos de poder que dá legitimidade a Portugal em sua relação com o Brasil. No entanto, nem todos intelectuais brasileiros irão aceitar o caráter natural deste legado, buscando nos brasileirismos – que se afirmam na influência do indígena, do negro e dos regionalismos como elementos diferenciadores do português de Portugal – uma forma de marcar a originalidade e diferença do português do Brasil, o que irá gerar uma série de conflitos e embates, por intelectuais de ambos os lados, já que a língua é um elemento fundamental na apreensão do mundo social, e por isto alvo de lutas simbólicas no interior dos *campos de produção*. Nas resenhas da revista *Brasília* a língua será alvo de embates constantes, já que ao longo das críticas os resenhistas irão negar constantemente uma suposta língua brasileira, já autônoma do português. Os críticos irão ao longo dos volumes da revista *Brasília* selecionar obras de autores brasileiros que iam contra a suposta língua brasileira, e que afirmavam a continuidade do português no Brasil. Como por exemplo, a crítica de F. da Costa Marques ao livro “*A língua Portuguesa no Brasil*” escrito por Jacques Raimundo. Publicação da Comissão dos Centenários de Portugal. 1941. Já de início o crítico positiviza a obra e registra que esta foi criada como uma homenagem a Portugal e que este estudo teve como objetivo demonstrar a língua “como elemento mais característico e como laço de união entre o pensamento e o sentimento de dois povos” (MARQUES, 1943: 761).

Em sua leitura da obra o crítico irá evidenciar o estudo da língua portuguesa no Brasil feita por Jacques Raimundo, evidenciando em sua leitura da obra a assimilação

de elementos do índio e negro na língua portuguesa. Afirma que ambos elementos não irão formar uma outra língua, mas, irão enriquecer a língua portuguesa “quer na parte vocabular, quer na parte semântica da linguagem” (MARQUES, 1943: 762).

O crítico também evidencia que este estudo faz duras críticas ao suposto português do Brasil a partir de uma análise aos regionalismos, um dos elementos explicativos dos brasileirismos, ao dizer que estes são nada mais do que “a permanência, em terras do Brasil, de modos sintácticos dos séculos de Quinhentos e Seiscentos” (MARQUES, 1943: 762) e também registra da obra “o que muitas vezes supõe-se que seja próprio ou exclusivo do Brasil, como um regionalismo flamante, se com demora ou paciência se atentar em pesquisas, ver-se-á que é legado ou herança dos antepassados, que foram colonos ou imigrantes” (MARQUES, 1943: 763).

Jacques Raimundo, na leitura de F. da Costa Marques, prova “a partir de segura documentação” que estes regionalismo – como é o caso das formas comparativas: mais bom, mais grande e também de expressões como moço (= jovem, rapaz), abalar (=comover, impressionar) – são na verdade expressões utilizadas nos clássicos lusitanos (Gil Vicente, Camões, Vieira, etc), o que lhe possibilita, segundo o crítico, concluir que os regionalismos: “foram e são genuinamente e historicamente portugueses. Há-de se permitir um exagero de expressão, mas como ele se exprimirá a verdade insofismada e insofismável: portuguesmente portugueses (...)” (MARQUES, 1943: 765). F. da Costa Marques registra que isto por si só já desbancaria a tendência “vulgar” em certas obras – este cita como exemplo a obra de Renato Mendonça “*O Português do Brasil*” – de ver “em alguns vocábulos e expressões”, os ditos brasileirismos, uma forma de legitimar o argumento de uma língua brasileira (MARQUES, 1943: 765), já autônoma do português de Portugal. O resenhista termina a sua crítica elogiando a obra e dizendo que a leitura cuidadosa dos clássicos e a sua boa documentação fizeram com que a obra escrita por Jacques Raimundo se constituísse por um “timbre de serenidade e firmeza de conclusões” (MARQUES, 1943: 765).

Seja através da história – a partir do combate a uma interpretação que nega o legado cultural e político administrativo português – ou da língua – a partir do combate embate contra os brasileirismo –, há um embate para afirmação do legado português sobre o Brasil. Por isto, isso qualquer dissenso com a memória do legado luso como algo

positivo era vista enquanto uma obra apologista dos seus ideias doutrinários enquanto as que entram em consenso com a afirmação do legado como construtor da cultura e da nação eram vistas enquanto obras completamente imparciais. É a partir destas avaliações, sobre este critério a priori e que o vínculo institucional com o regime se torna claro, é por isso os intelectuais desta revista podem ser considerados como intelectuais orgânicos que dão racionalidade e direção político-ideológica ao regime.

O desvio e o controle: A crítica como combate a degenerescência do espírito português:

Este ato de seleção/inclusão/exclusão própria das diversas avaliações a produção intelectual brasileira (como ficou explícito na análise de algumas de suas críticas) se fundou em uma visão de mundo própria do habitus nacional português, que mediou (apesar de não condicionar) estas avaliações, e esteve presente através dos dissensos e consensos próprios do ato de avaliação.

A reprodução deste ideário se concretizou através da defesa dos diversos mitos (sendo o mais recorrente o da vocação colonial portuguesa legitimada pelo discurso do “filho prodigo”) constituidores da identidade nacional portuguesa. Neste sentido, pode-se dizer que os resenhistas avaliaram esta produção a partir dos pressupostos da “política do espírito” e ao ideário do estado novo português, reproduzindo, em grande parte, destas escritas uma cultura política arraigada ao imperialismo e ao corporativismo salazarista. O que era próprio das produções simbólicas que estiveram mediadas pela política cultural do salazarismo (*a política do espírito*) que criou uma série de espaços, eventos e instituições, a nível da sociedade civil, que se antagonizavam a tudo que era “bestial” e “maléfico”. Estas instituições fizeram em grande parte uma produção simbólica combativa ao antagonico e que irá reproduzir, dentro de certos limites e conflitos, uma certa visão de mundo no qual o regime buscava veicular.

Qualquer desvio da memória institucional, no qual o salazarismo vinculava, era combatido em prol da memória oficializada que pretendia afirmar uma visão de mundo que se fundou em grande parte na busca por afirmar uma suposta originalidade e essencialidade do português a partir do exemplo do Brasil enquanto “filho prodigo”. Entretanto, as críticas não podem ser compreendidas a partir de um reducionismo mecânico entre produção e reprodução dessas ideologias. Como evidencia Pierre

Bourdieu (2003), os intelectuais responsáveis pelas produções ideológicas em conflito pelo monopólio da produção simbólica legítima (BOURDIEU, 2003: 12), não respondem somente aos desígnios de grupos e classes, mas também respondem por seus próprios interesses como também ao “campo específico de produção<sup>5</sup>” no qual estes se vinculam (BOURDIEU, 2003: 13), já que é: “na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença” (BOURDIEU, 2003: 15), portanto é nos diversos *campos de produção* simbólica, com sua autonomia relativa em relação ao estado na sua esfera política, e que haverá os conflitos pelo domínio da *violência simbólica* legítima, ou seja, pelo poder de impor e naturalizar uma certa visão de mundo.

A partir destas reflexões, desenvolvidas por Bourdieu, entendemos que os intelectuais da *Revista Brasília*, detentores do *capital simbólico*, ao avaliarem a produção intelectual brasileira não somente reproduzem interesses dos grupos dominantes (o estado salazarista, através da “política do espírito”) mas também respondem a interesses internos, de cada crítico, como ao seu campo de produção, neste caso o campo da filologia no aspecto de fazer críticas. O primeiro aspecto já foi evidenciado a partir da contextualização destes intelectuais no quadro da institucionalização do salazarismo e das relações luso-brasileiras nos anos 30 e 40, e também já analisamos alguns dos seus discursos só nos falta explicitar melhor a especificidade do campo da filologia a partir de uma de suas dimensões: a crítica.

O campo da filologia e a crítica na revista Brasília:

Como já foi dito a revista Brasília se afirmava a partir do olhar constituído pelo campo da filologia, seus filólogos estavam emergidos em uma perspectiva que buscava a singularidade e especificidade de determinado povo, através de diversas manifestações culturais (SERPA, 2010: 102). No entanto, esta busca no outro por sua singularidade, através do ato da crítica, não é neutra.

---

<sup>5</sup>Pierre Bourdieu define *campo de produção* como o espaço onde as ideologias são difundidas, este é um sistema competitivo de relações sociais que funciona segundo sua lógica interna, que é composto de instituições e indivíduos que competem pelo domínio da competência considerada (intelectual, religiosa, historiográfica, etc), o domínio (oriundo da acumulação de capital simbólico) do campo permite aos que o conquistam conferir ou retirar legitimidade de outros que estão neste (BOURDIEU apud EAGLETON, 1997: 141)..

Roland Barthes em suas reflexões sobre o ato de fazer críticas irá dizer que o objeto desta não é o mundo (esta não simplesmente substitui leitura), mas produz um: “discuso sobre um discurso; é uma linguagem segunda ou metalinguagem ..., que se exerce sobre a linguagem primeira” (BARTHES, 1970: 160), esta não “busca “descobrir” verdades mas somente “validades” (BARTHES, 1970: 161). Para Roland Barthes o crítico não pode substituir a leitor, pela própria diferença entre o desejo da leitura – esta é uma relação de desejo com a fala da obra – e o desejo da escrita – já que esta se orienta por um outro desejo: a sua própria linguagem (BARTHES, 1970: 232). Este desejo não se orienta somente por questões individuais, mas, também coletivas, por isto que a crítica: “não é uma “homenagem” á verdade do passado, ou a verdade do ‘outro’, ela é construção da inteligência de nosso tempo” (BARTHES, 1970: 163).

As críticas da revista Brasília foram mediadas por um tempo bem específico: o do salazarismo. Esta vinculou a partir de suas críticas uma cultura política corporativista e nacionalista, apesar de difundir um discurso que via suas críticas como neutras e imparciais. Mas, como ficou claro ao longo da análise essas avaliações foram fundadas em uma certa visão de mundo que combatera através do campo da filologia qualquer desvio. Por isto que esta pretensa neutralidade e imparcialidade é falsa, já que o papel do crítico nessas avaliações se guiou pela confirmação de verdades já consideradas aprioristicamente como irrefutáveis e científicas e na negação ao desvio.

Neste sentido, estas críticas não faziam somente uma leitura dos fatos encontrados (como pretende o conceito de crítica no qual estes estão emergidos: a crítica positivista<sup>6</sup>), mas lê e interpreta a partir de pretensões individuais – o desejo da escrita, e, portanto da linguagem – e coletivos – o combate (através do campo da filologia) pela violência simbólica legítima, que se consubstancia na defesa e naturalização da visão de mundo do regime, visíveis nas avaliações.

---

<sup>6</sup>Roland Barthes em seus escritos irá deslegitimar a divisão entre uma crítica positivista – que se funda somente na descoberta e evidenciação de fatos (BARTHES, 1970: 150) – e uma crítica interpretativa – que teria o papel de interpretar os fatos, podendo assim significar (BARTHES, 1970: 150) – já que para este ambas fazem estes papéis, sendo, em sua análise, o próprio positivismo uma ideologia (BARTHES, 1970: 151). Para saber mais sobre as diferenças dessas críticas ver: BARTHES, Roland. As duas críticas. In: \_\_\_\_\_. *Crítica e verdade*. São Paulo: Editora perspectivas, 1970.

## **Considerações Finais:**

A imagem do “filho prodigo” construída a partir das aproximações com o Brasil, e reproduzida a nível das críticas da revista *Brasília*, será um dos alimentos da mitologia imperial, que em essência era usada para transfigurar a realidade colonial ultra exploratória – materializada na imagem do que Perry Anderson chama de Ultracolonialismo, trabalho forçado e hegemonia militar (Anderson, 1966: 14) – e também servirá para amenizar e consensualizar a realidade metropolitana, interna, de uma política que se instituía de maneira extremamente autocrática e monopolizadora do poder. Esta mitologia divulgada pelo regime, a partir de diversos meios, objetivava substituir esta realidade pela fantasmagoria da imagem de um Império orgânico e harmônico.

As criações e agentes culturais que foram criados a partir do *dispositivo cultural* montado em 30 e 40 estiveram, em sua grande maioria, mediadas por esta mitologia imperial que esteve presente tanto a nível das imagens verbais e plásticas que o regime divulgava, sendo o auge da reprodução e glorificação desta mitologia as festividades do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal em 1940.

Neste sentido, a revista *Brasília*, analisada ao longo deste escrito pode ser vista como um dos meios de reprodução da ideologia institucional através da afirmação da imagem do “filho prodigo”, apesar de que não se pode dizer que esta somente reproduz, pois, esta responde nos limites do campo no qual estes intelectuais estão inseridos, o da filologia (na dimensão da crítica). Entretanto, esta pesquisa não conseguiu esgotar todas as possibilidades de análise da revista *Brasília*, deixando assim espaço para diversos tipos de análises desta fonte rica em temas sobre o Brasil e Portugal.

## **Referencias Bibliográficas:**

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultra colonialismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo: Editora perspectivas, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, A. Pinto. Crítica. *Revista Brasília*, Coimbra, v. II, 1943, p. 806-810.

- CATROGA, Fernando et al. *História da História Em Portugal Sécs. XIX-XX*. Coimbra: Circulo de Leitores e Autores, 1996.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (Org.). *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MARQUES, F. da Costa. Crítica. *Revista Brasília*, Coimbra, v. II, 1943, p. 761-767.
- PAULO, Heloisa; SILVA, Armando Malheiro. Norton de Matos, O Brasil e as raízes do paraíso – a construção da colônia ideal e o ideal colonialista. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*. Chapecó. Editora Argos, 2001.
- PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos de 1930 do século XX. In: Martinho Francisco et al. *Corporativismo em Português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de ferro: dispositivo cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949*. 1. edição, Lisboa: Estampa, 1999.
- ROSAS, Fernando. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p 1031-1054.
- SOARES, Torquato de Sousa. Crítica. *Revista Brasília*, Coimbra, v. I, 1942, p. 807-810.
- SERPA, Elio. *Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 20, nº 39, p. 81-114, 2000.
- \_\_\_\_\_. Brasil e Portugal nas revistas portuguesas: língua, literatura e história. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*. Chapecó. Editora Argos, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Revista Brasília: Olhar o outro nos próprios olhos*. R IHGB, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, pp. 11-390, jul./set. 2010.
- TAVARES, Aurélio Pais. Crítica. *Revista Brasília*, Coimbra, v. IV, 1949, p. 512-522.
- VIEIRA, Duque. Crítica. *Revista Brasília*, Coimbra, v. III, 1946, p. 914-919.